

Deutsche
Sparkassen
Leasing do Brasil -
Banco Múltiplo S.A

**Demonstrações financeiras em
30 de Junho de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Srs.Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S^{as} as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que inclui as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil e são consubstanciadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ação, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Durante o período de 2022 a Instituição continuou a apresentar desenvolvimento sólido em seu modelo de negócios, ilustrado através do aumento e diversificação significativos na carteira de arrendamento e início de operação de novos produtos, como foi o caso dos financiamentos via repasse de FINAME a partir do primeiro semestre de 2022. A carteira apresentou montante de R\$ 448 milhões com 891 contratos ativos, ante R\$ 351 milhões e 782 contratos ativos no mesmo período de 2021.

Principais indicadores para a data-base 30 de junho de 2022 e 2021 (em reais mil):

	2022	2021
Ativos Totais	503.261	408.502
Carteira de Crédito	448.138	351.987
Resultado do Semestre	(345)	(1.965)
Patrimônio Líquido	77.082	74.883
Índice de Basiléia II	15,35%	19,23%

Remuneração de acionistas

Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada semestre, a Instituição deverá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

São Paulo, 30 de agosto de 2022.

A Diretoria

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

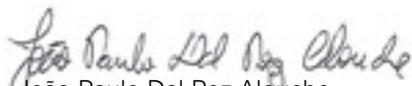
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-6 'F' SP


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Disponibilidades	4	10.618	11.377	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		371.470	300.978
Instrumentos financeiros - ativos		443.273	376.529	Depósitos Interfinanceiros	11	109.815	49.121
Carteira de crédito		441.131	365.698	Obrigações por empréstimos	12	254.561	235.489
Operações de arrendamento mercantil	6a	303.323	297.209	Instrumentos Financeiros Derivativos	5b	570	254
Operações de crédito	6a	144.815	76.246	Outros passivos financeiros	13	6.524	16.114
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(7.007)	(7.757)	Passivos fiscais	16b	51.900	60.688
Outros ativos financeiros	8	2.142	10.831	Passivos tributários correntes		11.337	10.294
Ativos fiscais	16a	47.869	53.283	Obrigações fiscais diferidas		40.563	50.394
Ativos tributários correntes		2.324	4.391	Outros passivos	14	2.809	2.559
Ativos fiscais diferidos		45.545	48.892	Patrimônio líquido	15	77.082	77.427
Imobilizado de Uso	9	138	168	Capital social		64.247	64.247
Bens de uso próprio		696	696	Reservas de Lucros		12.835	13.180
Depreciações acumuladas		(558)	(528)				
Outros ativos	10	1.363	295				
Total do ativo		<u>503.261</u>	<u>441.652</u>	Total do passivo e Patrimônio líquido		<u>503.261</u>	<u>441.652</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstrações dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>Nota</u>		
Receitas da intermediação financeira		13.742	11.234
Resultado de crédito e arrendamento mercantil	18a	13.729	11.197
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	18b	13	37
Despesas de intermediação financeira		(5.224)	(2.442)
Despesa de Captação	18c	(4.952)	(2.442)
Despesa com Instrumentos Financeiros Derivativos	18d	(272)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		8.518	8.792
Provisões		(661)	(6.720)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7	(661)	(6.720)
Outras receitas (despesas) operacionais		(8.548)	(5.586)
Receita de prestação de serviços	18e	2.028	1.436
Despesa com pessoal	18f	(5.984)	(4.744)
Outras despesas administrativas	18g	(2.832)	(2.044)
Despesas tributárias	18h	(3.080)	(2.873)
Outras despesas operacionais		(115)	(189)
Outras receitas operacionais	18i	1.435	2.828
Resultado operacional		(691)	(3.514)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(691)	(3.514)
Tributos sobre o lucro		346	1.561
Imposto de renda	16c	(3.585)	(1.974)
Contribuição social	16c	(2.553)	(1.589)
Imposto de renda passivo diferido	16c	9.831	3.606
Ativo fiscal diferido	16c	(3.347)	1.518
Prejuízo do semestre		<u>(345)</u>	<u>(1.953)</u>
Número de ações	15	64.246.986	64.246.986
Prejuízo por ação		(0,00537)	(0,03040)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado líquido do período	(345)	(1.953)
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	-	-
Resultado abrangente	<u>(345)</u>	<u>(1.953)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL - BANCO MÚLTIPLO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro 2020	64.247	630	11.971	-	76.848
Prejuízo do semestre	-	-	-	(1.953)	(1.953)
Reserva de lucros	-	-	(1.953)	1.953	-
Saldos em 30 de junho de 2021	64.247	630	10.018	-	74.895
Saldos em 31 de dezembro 2021	64.247	659	12.521	-	77.427
Prejuízo do semestre	-	-	-	(345)	(345)
Reserva de lucros	-	-	(345)	345	-
Saldos em 30 de junho de 2022	64.247	659	12.176	-	77.082

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(345)	(1.953)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	661	6.720
Depreciação	30	63
Marcação à mercado de derivativos e hedge accounting	577	-
Imposto de renda passivo diferido	(9.831)	(3.606)
Ativo fiscal diferido	3.347	(1.518)
Prejuízo ajustado	(5.561)	(294)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(66.406)	(16.293)
Operações de crédito e arrendamento mercantil	(76.094)	(15.731)
Outros ativos financeiros	8.689	(928)
Outros ativos	(1.068)	366
Ativos tributários correntes	2.067	-
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	(8.154)	4.263
Instrumentos financeiros derivativos	143	-
Outros passivos financeiros	(9.590)	(895)
Outros passivos	250	309
Passivos tributários correntes	1.043	4.849
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(80.121)	(12.324)
Atividades de investimento		
Aquisição de bens de uso	-	(76)
Alienação de bens de uso	-	123
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	-	47
Atividades de financiamento		
Depósitos Interfinanceiros	60.694	22.430
Empréstimos	18.668	(24.909)
Caixa líquido gerado/(utilizados) nas atividades de financiamento	79.362	(2.479)
Aumento/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(759)	(14.756)
Disponibilidades		
No início do semestre	11.377	22.847
No fim do semestre	10.618	8.091
Aumento/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(759)	(14.756)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. (“Banco” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 como uma Sociedade de Arrendamento Mercantil. Com o objetivo de ampliar o leque de produtos oferecidos a clientes e parceiros, a Instituição solicitou autorização para operar como banco múltiplo (carteiras de investimento e arrendamento mercantil), a qual foi concedida em 07 de maio de 2020.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e são consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos.

Em 12 de agosto de 2020, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições de pagamento. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2022, foram aprovadas pela administração em 30 de agosto de 2022.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) Resolução CMN nº 4.858 de 23/10/20 e Resolução BCB nº 92 de 6/5/2021 - Dispõe sobre o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BCB (Cosif).
- (ii) Resolução CMN nº 4.872 de 27/11/20 e Resolução BCB nº 66 de 26/1/2021 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido.
- (iii) Resolução CMN nº 4.910 de 27/5/21 e Resolução BCB nº 130 de 20/8/2021 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente.
- (iv) Resolução CMN nº 4.950 de 30/9/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial.

(v) Resolução CMN n° 4.924 de 24/6/21 e Resolução BCB n° 120 de 27/2/2021 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis.

(vi) Resolução CMN n° 4.968 de 25/11/21 (Revoga a Resolução CMN n° 2.544/98) - Dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB.

(vii) Resolução BCB n° 48 de 10/12/2020 (Revoga a Circular n° 3.365/2007 e altera a Circular n° 3.876/2018) - Dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), a identificação, mensuração e controle do IRRBB e a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas ao IRRBB.

(viii) Resolução CMN n° 4.966 de 25/11/21 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Vigente a partir de 1° de janeiro de 2022, os artigos 24, 76, 78 e inciso XIX do art. 80, e, a partir de 1° de janeiro de 2025, os demais dispositivos.

(ix) Resolução CMN n° 4.955 de 21/10/21 (Revoga a Resolução n° 4.192/13) - Dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR).

(x) Resolução CMN n° 4.958 de 21/10/21 (Revoga a Resolução n° 4.193/13) - Dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

(xi) Resolução CMN n° 4.926 de 24/6/21 (Altera a Resolução n° 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.

(xii) Resolução BCB N° 111 de 6/7/21 - Dispõe sobre os critérios para a classificação de instrumentos na carteira de negociação ou na carteira bancária, sobre os requisitos de governança relativos às mesas de operações em que são gerenciados os instrumentos sujeitos ao risco de mercado, sobre as exigências para o reconhecimento de transferências internas de risco na apuração dos requerimentos mínimos de que tratava a Resolução revogada n° 4.193.

Vigentes a partir de 1° de julho de 2022 e 1° de dezembro de 2022:

(xiii) Resolução CMN n° 4.943 de 15/9/21 (Altera a Resolução n° 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.

(xiv) Resolução CMN n° 4.945 de 15/9/21 - dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade. A PRSAC consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática a ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas.

A administração optou pela não adoção antecipada no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, de acordo com as condições previstas em contrato, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira e incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados.

Não são apropriadas as receitas de arrendamento e de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. As referidas receitas serão reconhecidas quando do seu efetivo recebimento.

b. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata die*” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3.604/08.

d. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

e. Disponibilidades

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Mensuração do valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do

BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

f. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para “hedge” (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do BACEN. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“hedge”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “hedge”, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período.

Hedge de Fluxo de Caixa – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de “hedge”, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do “hedge” registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período.

g. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços.

h. Operações de crédito e arrendamento mercantil

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e

sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). A entidade adota metodologia interna para a atribuição do ratings iniciais dos clientes.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i. Imobilizado de uso

O Banco, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, reconhece os novos imobilizados valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. espera utilizar o ativo.

j. Obrigações por empréstimos e depósitos interfinanceiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

As captações que são objeto de hedge de Risco de Mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável.

k. Imposto de renda e contribuição social

A Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do CMN, determina que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

- A Instituição constitui crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período.
- A partir do primeiro semestre de 2020 a Instituição passou a constituir, quando aplicável, crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias, assim como os impostos diferidos sobre a exclusão do ajuste entre depreciação fiscal e contábil.
- O Banco aplica as alíquotas de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social.

l. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

m. Resultado recorrente e não recorrente

O Banco classifica seus resultados como recorrentes ou não recorrentes através de políticas internas que determinam que são resultados recorrentes aqueles que estejam de acordo com o objeto social determinado em seu Estatuto Social que é “a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas de investimento e arrendamento mercantil, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às sociedades da espécie, de acordo com as disposições legais regulamentares”. Para que um resultado seja considerado não recorrente ele precisa adicionalmente não ter previsibilidade de ocorrência nos próximos 3 exercícios seguintes. Considerando a política estabelecida, a administração considera que todo o seu resultado do semestre de 2022 é oriundo de resultados recorrentes.

n. Apresentação de acordo com International Financial Reporting Standards (IFRS)

A partir de janeiro 2020 o Banco passou a incluir em suas Demonstrações Financeiras as alterações preconizadas na Resolução CMN n.º 4.720/2019 e Circular n.º 3.959/2019, consolidadas pela Resolução BCB n.º 2/2020. Essa regulamentação tem como objetivo aproximar as normas de apresentação das demonstrações financeiras das instituições financeiras brasileiras com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

4 Disponibilidades

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades		
Bancos conta movimento	10.618	11.377
Saldo final	10.618	11.377

5 Instrumentos Financeiros Derivativos

a. Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos

Indexador	Instrumento	Valor de referência	Diferencial a pagar/Valor contábil	30/06/2022		31/12/2021	
				Ativo	Passivo	Valor de Mercado	Posição Líquida
			Posição Líquida			Posição Líquida	Posição Líquida
Euro x Pré	SWAP	15.611	(290)	375	(945)	(570)	(254)

b. Hedge de Risco de Mercado

Conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN as operações classificadas como “Hedge” são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como “Hedge” de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado.

O “Hedge” é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado do objeto de “Hedge” num intervalo entre 80% à 125% de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN.

A efetividade das estruturas dos “Hedges” é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

O Banco, para proteger parte das captações classificadas na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses", contratou instrumento derivativo (SWAP - Cross Currency Swap) destinado à cobertura de hedge de risco de mercado, conforme demonstrado a seguir:

Item objeto de hedge	30/06/2022	31/12/2021
Valor atualizado pelas condições contratuais	15.322	6.322
Valor de mercado	15.139	6.400
Valor do ajuste a mercado na rubrica “Obrigações por empréstimos”	(183)	78
Instrumentos de hedge		
Valor de mercado	570	254

6 Carteira de crédito e arrendamento mercantil

a) Operações de crédito e arrendamento mercantil

i) Carteira por modalidade e prazo

Modalidade	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcela a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	30/06/2022	31/12/2021
Arrendamento Mercantil (vide nota 6b)	1.860	38.685	72.250	190.528	303.323	297.209
Operações de Crédito - CCB	301	12.716	24.250	103.812	141.079	76.246
Operações de Crédito - FINAME	-	-	-	3.736	3.736	-
Total	2.161	51.401	96.500	298.076	448.138	373.455

ii) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor Privado	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	30/06/2022	31/12/2021
Indústria	970	30.569	62.704	211.988	306.231	229.477
Comércio	-	1.212	2.908	7.846	11.966	9.259
Serviços	1.191	19.620	30.888	78.242	129.941	134.719
Total	2.161	51.401	96.500	298.076	448.138	373.455

iii) Concentração de Crédito

	Valor	30/06/2022 % da Carteira	Valor	31/12/2021 % da Carteira
10 Maiores Devedores	84.408	19%	72.168	19%
20 Maiores Seguintes	85.664	19%	65.516	18%
Demais Devedores	278.066	62%	235.771	63%
Total	448.138	100%	373.455	100%

iv) Composição da Carteira por moeda e indexador

Descrição	Valor	30/06/2022		31/12/2021	
		% da Carteira	Valor	% da Carteira	Valor
Contratos em reais prefixados	364.499	81%	304.652	82%	
Contratos em euros prefixados	76.319	17%	65.770	17%	
Contratos em reais pós-fixados	<u>7.320</u>	2%	<u>3.033</u>	1%	
Total	448.138	100%	373.455	100%	

v) Operações renegociadas

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo anterior	2.325	18.528
Contratações	-	9.214
Recebimentos e apropriação de juros	(253)	(772)
Operações retornadas à situação normal	(1.578)	(24.645)
Baixa para prejuízo	<u>(494)</u>	<u>-</u>
Saldo final	-	2.325

O Banco considera em situação normal uma operação renegociada para a qual ocorreram pelo menos os pagamentos em dia das três primeiras parcelas do acordo inicial.

b) Operações de arrendamento mercantil

O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são registrados em diversas contas patrimoniais e apresentadas na linha “Operações de arrendamento mercantil” conforme requerimento da Resolução BCB n.o 2/2020. A seguir apresentamos o analítico das contas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Arrendamento Financeiro	303.323	297.209
Arrendamentos a Receber	291.747	277.976
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(290.433)	(276.445)
Valores Residuais a Realizar	70.647	70.525
Valores Residuais a Balancear	(70.647)	(70.525)
Imobilizado de Arrendamento - Bens Arrendados	645.875	615.200
Imobilizado de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(214.299)	(208.313)
Superveniência de Depreciação	90.141	111.986
Credores por Antecipação de VRG	(219.708)	(223.195)
Amortização Acumulada – Perdas de Arrendamento	(2.400)	(1.130)
Perdas em Arrendamento a Amortizar	15.580	8.433
Insuficiência de Depreciações – Perdas de Arrendamento	(13.180)	(7.303)
Total da Carteira de Arrendamento	303.323	297.209

i) Composição do imobilizado de arrendamento por tipo de equipamento

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo de Aquisição	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	389.840	(103.682)	286.158	356.132	(92.678)	263.454
Veículos	240.455	(108.217)	132.238	250.635	(114.505)	136.130
Superveniência de Depreciação	-	-	103.321	-	-	123.763
Insuficiência de Depreciação em Perdas em Arrendamento	-	-	(13.180)	-	-	(11.777)
Depreciação em Perdas em Arrendamento a Amortizar	15.580	(2.400)	13.180	8.433	(1.130)	7.303
Total	645.875	(214.299)	521.717	615.200	(208.313)	518.873

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. A amortização das perdas de arrendamento é calculada pelo prazo de vida útil remanescente do bem após o encerramento do contrato.

ii) Composição da Carteira por tipo de equipamento

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	194.814	189.569
Veículos e afins	108.509	107.640
Total	303.323	297.209

7 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Valor Presente da Carteira	30/06/2022 Valor da Provisão	Valor Presente da Carteira	31/12/2021 Valor da Provisão
AA	0,0%	196.921	-	167.668	-
A	0,5%	215.797	1.079	160.081	800
B	1,0%	9.705	97	10.973	110
C	3,0%	1.312	39	3.269	98
D	10,0%	19.035	1.904	23.854	2.385
E	30,0%	93	28	3.185	956
F	50,0%	2.636	1.318	1.953	976
G	70,0%	323	226	132	92
H	100,0%	2.316	2.316	2.340	2.340
Total		448.138	7.007	373.455	7.757

Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial (31/12/2021 e 31/12/2020)	7.757	3.230
Constituição Líquida de provisão	661	5.260
Créditos baixados para prejuízo	(1.411)	(733)
Saldo Final	7.007	7.757

Não houve nenhuma recuperação de crédito baixado para prejuízo no período.

8 Outros ativos financeiros

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamentos relacionados a contratos de arrendamento mercantil (a)	2.142	10.831
Total	2.142	10.831
Curto Prazo	2.142	10.831

(a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

9 Imobilizado de uso

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Móveis e Equipamentos	26	(15)	11	26	(14)	12
Equipamentos de Informática	381	(254)	127	381	(225)	156
Software	289	(289)	-	289	(289)	-
Total	696	(558)	138	696	(528)	168

10 Outros ativos

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Deutsche Leasing Finance GmbH – Comissões a Receber	510	-
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG – Comissões a Receber	170	-
Locadora DL do Brasil – reembolso despesas compartilhadas	-	86
Antecipação de 13º salário	164	-
Antecipação de férias	34	9
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG - Serviços Prestados a Receber	213	127
Parcela de obrigações por empréstimos a Baixar	180	-
Diferença de ptax a receber	37	47
Despesas Antecipadas	31	-
Outros	24	26
Total	1.363	295
Curto Prazo	1.363	295

11 Depósitos Interfinanceiros

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2022 Total	31/12/2021 Total
Depósitos Interfinanceiros	9.937	29.813	70.065	109.815	49.121
Total	9.937	29.813	70.065	109.815	49.121

Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 13,86% a.a. (9,60% a.a. em 31/12/2021) e vencimento final em maio 2027 (novembro de 2025 em 31/12/2021).

12 Obrigações por empréstimos

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2022 Total	31/12/2021 Total
Empréstimos - No País (a)	16.102	48.307	102.171	166.580	165.737
Empréstimos - No Exterior (b)	6.533	19.600	62.031	88.164	69.674
Marcação a Mercado Objeto de Hedge (vide nota 5b)	(183)	-	-	(183)	78
Total	22.452	67.907	164.202	254.561	235.489

(a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 9,76% a.a. (9,50% a.a. em 31/12/2021) e vencimento final em junho de 2028 (dezembro de 2026 em 31/12/2021). As captações indexadas ao CDI são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,45% a.a. (1,47% a.a. em 31/12/2021), e as operações possuem vencimento final em abril de 2024 (abril de 2024 em 31/12/2021).

(b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. à taxa de juros pré-fixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em maio de 2027 (dezembro de 2026 em 31/12/2021).

13 Outros passivos financeiros

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Fornecedores de Arrendamento Mercantil	2.356	11.062
Adiantamento de Clientes de Contratos de Arrendamento Mercantil (a)	4.168	5.052
Total	6.524	16.114
Curto Prazo	6.524	16.114

(a) Valor recebidos antecipadamente de clientes relacionados à contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

14 Outros passivos

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Despesa com Pessoal	2.532	2.186
Serviços de terceiros	277	102
Pagamento a processar	-	271
Total	2.809	2.559
Curto Prazo	2.809	2.559

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital Social está representado por 64.246.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue em 30 de junho de 2022 e 2021:

Acionista	Participação %	Nro.ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing AG &Co KG	95	61.034.636	61.035
Deutsche Leasing Global GmbH	5	3.212.350	3.212
Total	100	64.246.986	64.247

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art.189 da Lei 6.404/76.

Em 30 de junho de 2022 o saldo das reservas de lucros era de R\$ 12.835 (31/12/2021 – R\$ 13.180).

c. Dividendos

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do semestre, de acordo com o art.202 da Lei 6.404/76. Nos exercícios de 2022 e 2021 não houve distribuição de dividendos.

16 Tributos

a) Ativos Fiscais

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Impostos a compensar	868	1.034
Antecipação de Imposto de Renda	644	1.467
Antecipação de Contribuição Social	812	1.890
Créditos Tributários (16c)	45.545	48.892
Total	47.869	53.283
Curto Prazo	2.884	10.242
Longo Prazo	44.985	43.041

b) Passivos fiscais

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
-----------	------------	------------

Provisão para Imposto de Renda Diferido (16c)	40.563	50.394
Provisão para impostos correntes	6.457	6.704
Impostos e contribuições sobre salários	193	323
COFINS a Pagar	84	113
ISS a Pagar	4.544	3.101
Outros	59	53
Total	51.900	60.688
Curto Prazo	13.705	12.452
Longo Prazo	38.195	48.236

c) Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os impostos correntes e diferidos da Instituição têm as seguintes bases de cálculo e montantes provisionados:

Corrente	2022		2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	(691)	(691)	2.354	2.354
Exclusão da superveniência de depreciação	21.845	21.845	11.068	11.068
Resultado não realizado de derivativos	(227)	(227)	324	324
Outras adições temporárias	297	297	143	143
Outras adições não temporárias	78	78	75	75
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(750)	(750)	5.260	5.260
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	20.552	20.552	19.224	19.224
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(6.166)	(6.166)	(5.767)	(5.767)
Base tributária	14.386	14.386	13.457	13.457
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.585	2.553	3.340	3.364

As movimentações podem ser observadas a seguir:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2022</u>
Créditos tributários				
Prejuízo fiscal originado pela superveniência	44.189	-	3.626	40.563
Prejuízo fiscal	-	466	-	466
Base negativa de Contribuição Social	-	386	-	386
Provisões associadas ao risco de crédito	3.833	-	679	3.154
Provisões passivas	724	126		850
Marcação a mercado	146	-	20	126
Total	<u>48.892</u>	<u>978</u>	<u>4.325</u>	<u>45.545</u>
Obrigações fiscais diferidas				
Sobre superveniência	(50.394)	-	(9.831)	(40.563)
Total	<u>(50.394)</u>	<u>-</u>	<u>(9.831)</u>	<u>(40.563)</u>

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o custo médio de captação praticado pelo Banco, aplicado sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço. A expectativa de realização dos créditos tributários é suportada por um estudo técnico elaborado pela instituição e demonstrada a seguir:

<u>Ano de realização</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2022	2.884	2.683
2023	27.654	22.252
2024	6.370	4.434
2025	4.802	2.892
2026	2.836	1.478
2027	999	450
Total	<u>45.545</u>	<u>34.189</u>

17 Partes relacionadas

As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, a diretoria executiva e os membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador.

Transações com partes relacionadas

As transações são sempre realizadas dentro de parâmetros de mercado e o resultado e o saldo de operações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.636/2018, e apresentam a seguinte composição :

Descrição	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
Obrigações Por Empréstimo no Exterior				
Deutsche Leasing Funding B.V. (nota 12)	(88.164)	(69.675)	9.072	4.709
Outros Ativos				
Locadora DL do Brasil (nota 10)	-	86	-	448
Deutsche Sparkassen Leasing AG &Co KG	383	127	383	992
Deutsche Leasing Finance GmbH	510	-	955	274
Deutsche Leasing USA Inc	-	-	474	-

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição totalizaram R\$ 2.158 em 2022 (R\$ 1.521 em 2021).

18 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de crédito e operações de arrendamento mercantil

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Arrendamento financeiro e operações de crédito	13.874	11.270
Outras despesas de arrendamento	(145)	(73)
Total	13.729	11.197

b. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	13	37
Total	13	37

c. Resultado de captação

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Resultado com obrigações por empréstimos	(336)	1.142
Resultado com depósitos interfinanceiros	5.288	1.300
Total	4.952	2.442

d. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com Operações com Derivativos	(272)	-
Total	(272)	-

e. Receita de prestação de serviços

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Serviços prestadas a ligadas (a)	1.812	1.266
Taxa de abertura de crédito	214	170
Outros	2	-
Total	2.028	1.436

(a) Refere-se a serviços de captação, análise de crédito, processamento de operações de crédito e prestação de serviço de funcionários locais para outras empresas do grupo sediadas no exterior (nota 17).

f. Despesas com pessoal

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Salários	1.826	1.477
Bônus	2.109	1.824
Encargos trabalhistas	819	625
Férias e 13.o salário	406	290
Assistência Médica e Odontológica	494	285
Seleção e treinamento	37	36
Outras despesas de pessoal	293	207
Total	5.984	4.744

g. Outras Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Aluguéis e Condomínio	224	75
Manutenção e conservação predial	34	107
Processamento de dados	681	426
Serviços do sistema financeiro	169	154
Serviços de terceiros	302	149
Serviços técnicos especializados	802	720
Despesas de transportes	64	12
Despesas com publicações	30	48

Despesas com viagens	195	-
Despesas com telefonia	78	75
Manutenção e conservação de equipamentos	106	168
Contribuição entidade de classe	67	65
Outras despesas administrativas	80	45
Total	2.832	2.044

h. Despesas tributárias

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
ISS	2.609	2.379
PIS	66	69
COFINS	405	425
Total	3.080	2.873

i. Outras Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Ressarcimento de despesas	-	584
Descontos obtidos	49	743
Reversão de provisão de Bônus	878	1.176
Receita de multas contratuais	432	175
Outras	64	150
Total	1.423	2.828

19 Outras informações

- a.** Ativos e Passivos Contingentes - A Instituição não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.
- b.** A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 10,5% (2021 – 10%). O índice de Basileia calculado para o semestre findo em 30 de junho de 2022 é de 15,35% para o índice básico e 15,32% para o índice amplo; em 31 de dezembro de 2021 os índices eram de 18,28% e 17,16% respectivamente.
- c.** A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são definidos em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são:

c.1) Riscos Operacionais: Conforme Resolução CMN 4.577/2017, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas.

c.2) Riscos de Mercado: Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais.

c.2.1) Análise de sensibilidade: O banco, com o objetivo de verificar os efeitos em seu resultado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado, realiza um teste de sensibilidade que utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento de 50 ou 100 pontos base. Para as datas-base em questão os impactos seriam:

<u>Fator de risco</u>	<u>30/06/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>+ 50 bps</u>	<u>+ 100 bps</u>	<u>+50 bps</u>	<u>+100 bps</u>
Taxa de juros em reais	(479)	(958)	(528)	(1.056)
Cupons de moeda estrangeira	(53)	(105)	(50)	(101)

c.2.2) Teste de estresse: Para a apuração do risco de mercado de taxas de juros, o Banco decidiu por usar os modelos padronizados pelo Banco Central do Brasil, uma vez que somente possui a carteira banking, optando por seguir o modelo RBAN padrão, de acordo com as regras definidas pela circular nº 4.557/2017 para o teste de estresse, em especial o contido no Art 2º, item II. Com base nessa análise, o resultado (RBAN) demonstra o impacto no resultado e na alocação de capital referente às situações de estresse histórica definidos acima e demonstrados a seguir:

<u>Fator de risco</u>	<u>Capital alocável</u>	
	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxas de juros em reais	1.239	1.172
Cupom de moeda estrangeira	1.276	985

c.2.3) Valor justo dos instrumentos financeiros: O Banco não transaciona seus instrumentos financeiros ativos e passivos em mercados ativos, tendo sua operação baseada em uma estrutura de banking. Dessa forma, considera o valor contábil como a aproximação equivalente ao valor justo de seus instrumentos financeiros ativos (Carteira de crédito e outros ativos financeiros) e passivos (Obrigações por empréstimos e outros passivos financeiros).

c.3) Riscos de Liquidez: A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição.

Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa.

c.4) Riscos de Crédito: De acordo com a Resolução 4.557/2017, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição.

- d.** A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.
- e.** O Banco, seus clientes e parceiros foram afetados indistintamente pela pandemia causada pelo COVID-19 durante os anos de 2021 e 2020. O Banco conseguiu adaptar sua operação de forma a garantir a proteção de seus colaboradores e a continuidade dos negócios, operando basicamente de forma remota. Os impactos observados nos negócios foram as esperadas redução nos volumes de novos contratos e dificuldade por parte de alguns clientes em honrar os seus compromissos. Os reflexos dessa situação podem ser observados nas demonstrações financeiras através do aumento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e o surgimento de uma carteira de operações renegociadas (vide nota 6), sem que isso no entanto se refletisse em perdas relevantes graças à rápida atuação da administração junto aos clientes e parceiros, visando identificar alternativas que possibilitassem o enfrentamento das dificuldades momentâneas. Para o ano de 2022 verificamos a retomada de novas operações e também uma volta à normalidade por parte das provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

Os eventos subsequentes correspondem à aqueles que ocorreram entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a sua emissão. Concluímos que não houve eventos subsequentes relevantes até a emissão das demonstrações financeiras.

* * *

Marcelo Festucia
Diretor Presidente

Ubiratan Dantas Felizatto
Contador
CRC 1SP143431/O-3